

## **A vida em estado de campo: Apontamentos sobre pesquisa de um objeto nebuloso<sup>1</sup>**

*Karina Biondi - PPGAS-UFSCar/São Paulo<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Sabemos que as estratégias lançadas pelos antropólogos em suas pesquisas de campo derivam em grande parte das dinâmicas do próprio objeto de estudo. Daí se desdobra o tipo de relação que o antropólogo mantém com seu objeto, o que é dado a ele conhecer, o próprio produto da pesquisa, o material coletado. Neste trabalho, pretendo apresentar uma reflexão acerca das problemáticas que meu objeto de pesquisa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), oferece para o meu trabalho. O PCC é uma coletividade que nasceu no interior das prisões paulistas e se expandiu para os territórios urbanos. Por não estar fundado exclusivamente em vínculos territoriais, étnicos, lingüísticos, sanguíneos ou filiativos, sua definição, delimitação ou identificação é um tanto complexa. Tais características norteiam, de certa maneira, minha pesquisa de campo. Ao mesmo tempo, o acesso a essa fluidez decorre das estratégias de que lanço mão para fazer o trabalho de campo que, atualmente, procura abordar as dinâmicas do PCC tanto em territórios urbanos quanto nas prisões. A partir da descrição de algumas situações vivenciadas em trabalho de campo, pretendo mostrar como os materiais coletados me conduzem a um PCC extremamente oscilante, onde a dispersão territorial e perceptiva (já que pude acessar diferentes percepções acerca do que é o PCC, cada qual me remetendo a um PCC distinto) não implica fragilidade, onde a instabilidade aparece mais como uma potência e onde o problema da coesão carece de novas reflexões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crime; Trabalho de campo; Metodologia de pesquisa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

<sup>2</sup> Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Este texto apresenta algumas reflexões sobre trabalho de campo que minha pesquisa, sobre o Primeiro Comando da Capital, passou a exigir quando deixei de ter como ponto de partida o universo prisional. Em pesquisa de mestrado, a prisão de meu marido garantia minha entrada nas unidades prisionais que pesquisava, na condição de visitante. Dessa forma, por mais que o PCC estivesse espalhado, meu recorte foi imposto pelas condições de pesquisa. Não que a pesquisa se restringisse aos locais onde eu visitava, mas eles constituíam um ponto de partida, um ambiente a partir do qual se traçavam relações por mim perseguidas. Se em pesquisa de mestrado eu não precisei tratar a fundo a questão da dispersão do meu objeto de pesquisa, agora, em pesquisa de doutorado, para fazer a pesquisa de campo após a libertação de meu marido, não tenho alternativa senão encarar essa problemática.

Neste texto, apresentarei algumas estratégias que adotei para a realização de minha pesquisa, as questões que se colocaram a partir dessa forma de inserção, e as mudanças que os dados coletados trouxeram ao projeto inicial. Por fim, esboçarei uma relação entre essa forma de inserção e os dados coletados.

\* \* \*

O PCC não é um objeto clássico na antropologia, daqueles que possuem vínculos territoriais, étnicos, lingüísticos, sanguíneos ou filiativos. Como procurei descrever em minha dissertação de mestrado (Biondi, 2010), trata-se de um coletivo que não se limita a um conjunto de pessoas e que também não se restringe a territórios específicos. O PCC pode atravessar pessoas que não são seus membros, pode transitar por territórios insuspeitos, ele flutua por entre linguagens, brinca de fazer família.

Diante disso, uma questão se colocava para mim: por onde começar a pesquisa de campo? O que significa ir a campo, quando se pretende estudar o PCC, que cobre invisivelmente os territórios paulistas? Embora, como procurei descrever em outro lugar (Biondi, 2010), sua existência depende de sua atualização, teoricamente, eu não precisaria sair de minha casa para "ir a campo". E, de fato, isso aconteceu, quando o marido de uma vizinha saiu da prisão e voltou a morar com ela e passou a ser, portanto, meu vizinho. A experiência prisional comum o aproximou de meu marido e, contiguamente, de mim. Poucos meses após sua libertação, o casal mudou-se para outra casa e atualmente só o encontro eventualmente, quando ele visita meu marido. Eu sempre faço questão de estar presente nessas visitas, mesmo sem saber de antemão se

das conversas que são travadas haverá a oportunidade de coletar algum dado para minha pesquisa.

É que os dados nem sempre vêm quando espero. Igualmente, nem sempre consigo prever o encontro com algum interlocutor. Foi assim, por exemplo, quando meu marido (novamente, ele!) conheceu João, um pedreiro que trabalhava em uma construção na cidade de São Carlos. Após alguns dias conversando diariamente com ele, quando meu marido comentou sobre seu passado na prisão, João revelou que conhecia bem esse assunto: ele é irmão de um dos fundadores do *Comando*<sup>3</sup>. Com João, tive longas e interessantíssimas conversas, entre outras coisas sobre o PCC que seu irmão lutou para criar e consolidar e o PCC que hoje está presente em São Carlos.

Esses e outros encontros, não intencionais, só se estenderam após a revelação de uma experiência prisional passada. Foi o acionamento da experiência passada de meu marido que tornou possível estabelecer uma relação mais próxima com esses interlocutores. Da mesma forma, mesmo não estando mais na condição de visitante, o acionamento de meu passado de *sofrimento* constituíram estratégias para acessar algumas *guerreiras*<sup>4</sup> e, por conseguinte, seus companheiros.

A intensificação das relações com as *guerreiras* ocorreu em função de uma demanda que me conduziu a uma expedição a campo. Um documentarista entrou em contato comigo e propôs que eu o ajudasse a conduzir algumas filmagens dentro da cadeia para um documentário que pretende realizar. Seria necessário, em primeiro lugar, consultar os presos para saber se aceitariam ser filmados. Nesse caso, os interlocutores que eu encontrava ao acaso não me beneficiaram. Passei meses em busca de alguém para me colocar em contato com algum prisioneiro com quem eu poderia conversar a respeito. Conversei com meia dúzia de *primos*<sup>5</sup> que se prontificaram a *passar a caminhada*<sup>6</sup> para *irmãos*<sup>7</sup> que, por sua vez, entrariam em contato com as *torres*<sup>8</sup>. Entretanto, todos eles, de uma forma ou de outra, postergavam a ação ou, depois de algum tempo, desculparam-se por não poder me ajudar. Depois de algum tempo (esse processo durou cerca de dois meses e meio), pude entender que o que eu estava pedindo a eles era o empenho de sua palavra, ou seja, eles se responsabilizariam por ter *passado*

<sup>3</sup> O PCC também é chamado, pelos meus interlocutores, de *Comando, Família e Quinze*.

<sup>4</sup> As esposas de prisioneiros são chamadas de *guerreiras*.

<sup>5</sup> *Primos* são aqueles que, embora não sejam membros *batizados* no PCC, *correm lado-a-lado* com o *Comando*.

<sup>6</sup> Nesse caso, *passar a caminhada* é o mesmo que informar.

<sup>7</sup> *Irmãos* são os membros *batizados* no PCC.

<sup>8</sup> Posição política existente no PCC, responsável pelos *salves*, como são chamadas as orientações e diretrizes que conduzem as existências daqueles que se relacionam com o *Comando*.

a *caminhada* e, caso algo desse errado (como, por exemplo, o filme mostrar o rosto de alguém que não pudesse aparecer), seriam *cobrados*.

Diante desse problema, entrei em contato com Ana<sup>9</sup>, uma antiga interlocutora, que prontamente, por já me conhecer há alguns anos, se ofereceu a me colocar em contato direto com a *torre*. Inicialmente, ela disse que eu teria que conversar, por telefone, com os *irmãos* (não deixou claro se presos ou não) e explicasse a eles o que seria exatamente o filme. Mas isso acabou não acontecendo. Na semana seguinte, Ana pediu para eu conversar com uma *cunhada*<sup>10</sup> (que aqui vou chamar de Sônia) e explicar tudo a ela também. Conversei algumas vezes com ela por telefone, e-mail e MSN. Cerca de um mês depois, recebi a resposta dos presos. Segundo Ana, em carta assinada por quatro *irmãos*, informaram que era para eu *deixar no gelo*. Recebi essa resposta com muitas dúvidas. *Deixar no gelo* é paralisar momentaneamente alguma ação. Não é o mesmo que uma recusa, mas também não é aprovação. Como dizem, "gelo derrete". Infelizmente, não consegui ter acesso nem à carta que Ana enviou, nem à resposta deles, pois, segundo ela, havia na carta coisas que diziam respeito a ela.

Decidi, então, depois de algum tempo, tentar saber, por outros meios, se o gelo já teria derretido. Essa foi uma forma de iniciar um diálogo com outros interlocutores. Nesse caso, os encontros precisam ser provocados e os contatos realizados carecem ser continuamente alimentados. É como se essas relações, por qualquer descuido, tivesse o estranho poder de se dissolverem. A rede de contatos não tem uma existência *per se*. Ela precisa ser continuamente tecida para não se desfazer.

Se por um lado eu preciso estar atenta a tudo que me cerca – afinal, um interlocutor pode aparecer a qualquer momento –, por outro, é grande o investimento que preciso fazer para manter ativos os contatos realizados. E tanto para o primeiro caso como para o segundo, lanço mão de encontros, conversas presenciais, por telefone, carta, via internet.

A idéia de uma pesquisa de campo de período e local delimitado passou a me parecer imprópria para o meu objeto de pesquisa. Sem que eu estivesse em declarado trabalho de campo, encontrei alguns interlocutores com quem pude travar conversas nas quais relatavam algumas de suas experiências, impressões e idéias acerca do PCC e do

---

<sup>9</sup> Todos os nomes utilizados neste texto foram inventados por mim, de modo a preservar o anonimato de meus interlocutores.

<sup>10</sup> Nesse caso, *cunhada* é a esposa de um *irmão*.

que chamam de *Crime*<sup>11</sup>. Mesmo sem estar oficialmente em trabalho de campo, eu coletei informações para minha pesquisa. Algumas dessas conversas chegaram a ser registradas em caderno de campo. Outras, contudo, foram tão casuais e inesperadas que sequer pensei, na época, em registrá-las. Tal como ocorria em pesquisa de mestrado, algumas coisas só voltavam à minha mente na forma de dados para pesquisa após algum outro acontecimento, e muitas vezes somente porque em relação com ele.

Assim, se eu delimitar os períodos de trabalho de campo e considerar os dados coletados exclusivamente nesses períodos, deixaria de incluir em meu trabalho materiais bastante importantes até mesmo para o entendimento dos dados coletados em um campo, digamos, oficial. Nesse sentido, não posso deixar de considerar encontros casuais, telefonemas, conversas e troca de mensagens via internet como efetivas pesquisas de campo.

Em todos esses meios pelos quais faço pesquisa de campo, me valho da experiência prisional de meu marido, e contiguamente da minha. Essa contiguidade, que já existia na fase anterior da pesquisa, ganhou novos contornos, mas se manteve, mesmo não intencionalmente. É certo que, não fosse a evocação a esse passado, tal contiguidade não apareceria. No entanto, foi essa evocação que permitiu muitas das aproximações que realizei nessa fase da pesquisa.

Meu marido continua, como na prisão, sendo a pessoa que torna possível meus diálogos com meus interlocutores homens. A questão de gênero continua, hoje, atravessando minha pesquisa intensamente. Quando não é meu marido que me coloca em relação com meu interlocutor, são suas esposas que o fazem. As relações não são exatamente no mesmo formato que eu estabelecia quando fazia pesquisa de campo em prisões. A atenção com a postura corporal, com o tom de voz e o cuidado com as palavras parecem sofrer menor vigilância. Contudo, todos esses cuidados permanecem presentes e a mediação, seja do meu marido, seja de uma *guerreira*, mantém-se necessária<sup>12</sup>. A questão que eu gostaria de levantar aqui é: poderia ser de outro modo? Se eu ocultasse a existência de meu marido ou de seu passado, provavelmente eu não precisaria de sua mediação. No entanto, se, com a continuidade da pesquisa e do contato com determinado interlocutor, essa informação viesse à tona, tanto meu marido quanto eu poderíamos sofrer *conseqüências*.

---

<sup>11</sup> Algumas vezes, PCC e Crime são palavras tomadas por meus interlocutores como sinônimo. Outras vezes, contudo, elas aparecem dissociadas.

<sup>12</sup> Tal mediação não parece guardar muitas diferenças com relação ao papel dos equipamentos utilizados pelos cientistas para se relacionarem com microorganismos, por exemplo, como descreve Latour (2001).

Tais *conseqüências* não constituiriam sanções físicas, mas morais, o que me conduz a outra questão. Muito se diz a respeito da forma como o pesquisador é classificado ou sobre como ele é localizado por seus nativos. Mas o problema que coloco é a avaliação que eles fazem do pesquisador, segundo seu próprio regime moral. Assim como a localização dos antropólogos pelos nativos pode render um bom material para a pesquisa, sua avaliação a partir do regime de moralidade operado pelos nativos pode, também, constituir um material muito valioso para a pesquisa. Afinal, quando estamos em campo, percorremos o solo do "crime" e, conseqüentemente, somos alvo de "considerações". Estou falando de "crime", aqui, nos termos de Marques (2009): atualizações de "considerações" sobre ter e não ter *proceder*. Ser alvo de considerações dentro do "crime" não é, necessariamente, ser considerado *ladrão*. Não tem a ver, sequer, com práticas criminosas em sua concepção legal/jurídica. Basta que sejamos alvo de "considerações". E, pelo menos nesse campo, cada passo do pesquisador é alvo de "considerações".

Entretanto, aqui temos um duplo problema para a condução da pesquisa. Pois, se por um lado é necessário estabelecer alguma alteridade, um lugar de onde o pesquisador possa falar, por outro, ele precisa saber transitar pelo território que estuda. Mesmo que se demarque de início uma fronteira nós/eles, é uma ilusão pensar que as relações estabelecidas entre antropólogo e seus interlocutores não serão por eles avaliadas, que não serão objeto de "considerações" no interior do regime moral de seus nativos e que sua pesquisa não sofrerá nenhuma interferência dessas "considerações". Pensar assim é supor uma separação radical entre sujeito e objeto, tão cara aos que entendem que os fatos sociais devem ser estudados como "coisas". Para eles, a "coisificação" do objeto de estudo é condição para a pesquisa. E somente um pesquisador externo, purificado de qualquer contaminação do objeto de pesquisa, é capaz de alcançar uma posição científica. Minha posição é claramente distinta, por motivos já mencionados e que serão desdobrados a seguir. Argumento que a alteridade está no próprio propósito da pesquisa e que o lugar de onde o pesquisador fala está na própria relação entre ele e seu objeto de pesquisa. Essa relação não é exclusivamente produto da ação do antropólogo e muito menos uma ligação entre ele e o nativo. Ela sequer é extrínseca às partes. Tal relação é o resultado de encontros, nos quais o antropólogo é "considerado" de acordo com os caminhos que trilha em campo. Em outras palavras, é o resultado das condutas do antropólogo em relação aos seus interlocutores e a avaliação que esses últimos fazem dessas condutas. Não se trata mais, aqui, de um movimento passivo, de ser alvo,

involuntário, das "considerações" de seus interlocutores. Também não estou falando somente de lidar com a etiqueta local a fim de não cometer gafes durante o trabalho de campo. Mas de conduzir sua maneira de agir sabendo que ela será avaliada, de trilhar seu caminho no campo tendo em vista as "considerações" que serão lançadas sobre ele. Pequenos deslizes com relação à etiqueta não são tão graves quanto desvios de moral, embora as prescrições da etiqueta possam refletir em questões morais. O lugar de onde falar vem do reconhecimento da importância que têm para a pesquisa as "considerações" que não param de ser lançadas a cada movimento. Está claro, aqui, que o antropólogo só pode ser alvo dessas "considerações" porque está transitando em território nativo. Afinal, ele está sendo avaliado de acordo com o regime moral de seus interlocutores.

Pode-se dizer que ter consciência dessa dinâmica não implica, necessariamente, conduzir suas ações de acordo com o regime moral dos nativos, quando em trabalho de campo. Sim, decerto. Mas que tipo de material pode ser coletado por alguém que, aos olhos dos nativos, é uma figura repugnante? No caso do meu objeto de pesquisa, o que se daria a conhecer, por exemplo, a um *cagueta*<sup>13</sup>? Que tratamento dispensariam a um(a) *talarico(a)*<sup>14</sup>? Considerando casos menos extremos, qual a relação estabelecida com aqueles que não os tratam *de igual*<sup>15</sup>? E com aquele que se mostra *simpático*<sup>16</sup>? No meu caso, deixar de me importar com as "considerações" a serem lançadas sobre mim é ainda mais grave. Afinal, eu já trilhei esses caminhos quando meu marido estava preso e eu o visitava. A queda. Não se trata mais de um possível desconhecimento, mas de uma desconsideração da "consideração" deles, que pode ser vista como uma afronta. Mas, de qualquer forma, conhecer essas avaliações, saber como se dão as "considerações" é tarefa do antropólogo. Ao mapear, ele está apto a percorrer as linhas que compõem o mapa e as práticas que não se adequarem ao regime moral nativo podem levantar questões sobre a capacidade do próprio pesquisador: "que antropólogo é esse, que vem aqui, estuda, estuda e estuda a gente, e não aprende nada?" Ao mesmo tempo, ele pode tentar *invadir a mente, dar um psicológico*<sup>17</sup> no antropólogo. E sucumbir a esse golpe é mais um sinal de que o antropólogo nada sabe sobre aqueles que estuda. Por outro lado,

<sup>13</sup> Derivado de alcaguete, *cagueta* é a maneira como meus interlocutores chamam os delatores.

<sup>14</sup> *Talarico* é aquele que assedia a mulher de outro.

<sup>15</sup> Sobre a importância da Igualdade no PCC, ver Biondi (2010).

<sup>16</sup> *Simpático* é aquele que não forma opinião própria, mas é também o que direciona seus esforços para agradar alguém (e não para construir sua própria reputação).

<sup>17</sup> Nesse caso, *invadir a mente* ou *dar um psicológico* é tentar conduzir o outro a uma situação favorável ao primeiro (muitas vezes em prejuízo do segundo). Sobre essa questão, ver Marques, 2007 e 2010.

aquele capaz de *blindar sua mente* frente aos *psicológicos* dos outros é valorizado por saber jogar o jogo.

É importante esclarecer, aqui, que aprender a lidar com a moralidade dos nativos não é o mesmo que aderir a ela. Mas também não é sobrevoá-la com um dirigível, evitando qualquer tipo de “contaminação”. O não compartilhamento desse regime não conduz necessariamente a um julgamento moral, e o choque entre moralidades distintas não implica a recusa absoluta de uma delas. A moral, seja a do pesquisador, seja a do nativo, não pode ser reduzida a um conjunto de imperativos, a leis prescritas e exteriores sob às quais as pessoas se submetem. Moral não tem a força para conformar vidas, experiências, existências, porque ela não opera por si. Talvez seja mais apropriado, como sugere Villela (2010), enfatizar não a moral ou as moralidades, mas as relações de poder:

Menor concentração no que as pessoas julgam que devem, maior no que elas avaliam que podem, é o passo que pretendo dar neste texto. Ou, ainda, por outras palavras, concentrar-se no modo como as pessoas empregam feixes de enunciados normativos de um modo tático e estratégico, muito mais do que entendê-las como meros pacientes dos códigos (morais, legais, culturais, sociais). (2010: 176)

Transitar pelo regime moral de meus interlocutores é, nesse sentido, conduzir minhas ações de acordo com a avaliação que elas possam sofrer, tendo em vista a relação que daí aparecerá. O desafio é tentar controlar a qualidade dessa relação para garantir a qualidade dos materiais coletados para a pesquisa. Mas o esforço implicado nesse trânsito, de calcular cada movimento, é também uma maneira de acionar reflexões sobre nossos interlocutores, sobre nós mesmos e, principalmente, sobre a relação que estabelecemos com eles. É, portanto, nesse movimento, que se adquire um lugar para falar e que o trânsito na moralidade nativa ganha rendimento analítico.

A descrição da relação entre eu e meus interlocutores e das reflexões que tal relação exige, bem como daquilo que me é dado a conhecer informalmente, oferece muito mais rendimento para minha pesquisa do que materiais extraídos, digamos, forçosamente, como é o caso das entrevistas ou de conversas que explicitamente têm como finalidade a pesquisa. É quando meus interlocutores deixam de me tratar como pesquisadora que passo a ter acesso aos materiais mais valiosos para minha pesquisa: as relações que dizem respeito ao universo estudado e que só interessam a eles próprios e – é claro – à antropóloga. Tudo se passa como se houvesse dois tipos de discursos:

aqueles que podem interessar à *sociedade* e que interessa a eles transmitir à *sociedade*, e aqueles que só importam a eles, à sua política interna, ao seu regime social<sup>18</sup>.

Quando sou vista como alguém que vai escrever sobre o que me é dito, como alguém que levará à *sociedade* o que me dizem, o que aparece é um discurso humanista e legalista, que traz à tona as más condições do sistema carcerário, o abandono do qual dizem serem vítimas e o sofrimento que lhe imputam. Procuram, com isso, sensibilizar o ouvinte e buscar apoio humanista para suas lutas legalistas. Quando a pesquisa que faço não está nos horizontes dessas conversas, me são confiados relatos e informações que parecem não importar a mais ninguém senão a eles mesmos. São acontecimentos que podem, da mesma forma que os primeiros, revelar histórias de sofrimento e condições degradantes decorrentes das práticas estatais de encarceramento. No entanto, eles aparecem como pano de fundo, como o ambiente no qual se operam as políticas do PCC. Não há, nesse caso, uma preocupação de atingir um ouvinte "externo".

Isso remete a outro fator que diferencia esses dois discursos: a linguagem. No primeiro caso, lançam mão de metáforas que procuram aproximar as dinâmicas internas ao PCC de outras mais conhecidas por um público mais amplo. Essas metáforas não são usadas em seu cotidiano, quando vivenciam as relações descritas. Elas são acionadas com o objetivo de explicar, de tornar mais claro, de fazer entender o que dizem. É o caso, por exemplo, de quando se pergunta o que são os *salves*. Muitos podem traduzi-lo como "ordens". No entanto, quando se observa a dinâmica dos *salves* e o estatuto que conferem a "ordens", vemos que tal tradução é amplamente rejeitada por esses mesmos interlocutores. O mesmo acontece quando perguntamos sobre como funciona a relação das *torres* com as demais prisões. A resposta direta a essa pergunta aparece com a construção de um sistema, de uma estrutura lógica e infalível de poder, com fortes traços hierárquicos. Esse discurso não se diferencia muito das construções que sociólogos empregam para explicar o PCC. Mas quando as *torres* aparecem nos relatos oferecidos no segundo tipo de discurso, quando não são objetos de explicações a "estrangeiros", mas parte de uma trama que está sendo relatada, é nítida a distância que toma da primeira formulação. Não estou, com isso, afirmando que meus interlocutores desconhecem uma realidade que somente eu, antropóloga, sou capaz de acessar por meio daquilo que eles não são capazes de formular, mas vivenciar. A questão é que, a depender da relação que é estabelecida, diferentes discursos são acionados, à medida

---

<sup>18</sup> Essa percepção veio à tona em conversa com o colega Messias Basques, sobre sua experiência entre os Kadiwéu.

que outros são eclipsados. Esses discursos também não constituem diferentes representações de uma realidade subjacente; cada um deles remete a uma política: o primeiro à uma "política" (com aspas) e o segundo a uma política (sem aspas)<sup>19</sup>. Afinal, não é possível falar em termos de representações quando nos debruçamos sobre um objeto não sólido, que não apresenta uma identidade fixa, quando as relações referente-referência e forma-conteúdo não se mostram adequadas porque nenhum dos termos das relações são estáveis e nada parece ser unívoco<sup>20</sup>.

Uma importante questão aparece aqui: a localização da metáfora. Penso ser um grande equívoco conceber o discurso para fora como não metafórico e, num mesmo lance, tratar como metáfora todos os termos e expressões utilizados no interior da dinâmica do PCC. Faz-se fundamental, pois, saber reconhecer os termos que são utilizados como metáforas, distinguindo dos que, apesar de ter seu sentido deslocado daquele tido como original, constitui um conceito nativo. Essa distinção só aparece quando olhamos para as condições nas quais os discursos são proferidos, para as circunstâncias nas quais os termos são acionados, bem como para os efeitos que eles têm ou que se espera deles. Fazer essa distinção é importante, tendo em vista o poder que as metáforas têm de estabilização. Muitas vezes, tais figuras de linguagem só são acionadas em função da dificuldade de exposição desses territórios, ainda mais em uma estética veloz, de *poucas palavras*, como a do PCC. Meu argumento é que só podemos tratar como metáforas os termos que são lançados enquanto tal pelos próprios interlocutores, quando aparece no discurso o objetivo de tornar familiar o que nos é desconhecido. Contudo, essa operação só faz sentido quando o discurso tem como alvo alguém que desconhece a dinâmica sobre a qual se fala.

Assim, tomar ao pé da letra uma metáfora utilizada estrategicamente por um interlocutor pode nos levar a mal-entendidos tão graves quanto quando qualificamos como metáforas termos empregados no interior de seu regime social. Neste caso, há um

<sup>19</sup> Com "política" e política (com e sem aspas), faço uma relação direta à discussão de Cunha (2009) sobre "cultura" com e sem aspas.

<sup>20</sup> Este é o mesmo problema enfrentado por Barcelos para dar conta dos artefatos que, para os Wauja, possuíam agências indispensáveis em seu sistema de saúde e doença que, por sua vez, atravessava toda sua cosmologia e sua existência. O autor deixa bastante claro que as máscaras não são representações. Para os Wauja, as formas não configuram um código, nem veiculam identidades em si, pois o que lhes interessa "não são os motivos em si, mas como eles se revelam a partir da relação doença-cura-ritual" (2008: 223). Lagrou (2007) também evita separar forma e sentido ou opor agência e sentido, recusando a indissociabilidade entre referente-referência e forma-conteúdo. Lagrou, como Barcelos, mostra que os artefatos não representam ou substituem coisas ou pessoas. Eles próprios são agentes; a agência é intrínseca ao artefato ou ao desenho. Nesse sentido, argumenta, a metáfora não poderia ser utilizada de maneira reificada, a fim de reduzir diferença à similitude.

deslocamento no sentido, uma subversão do termo de origem e seu significado. Não nos é, mais, permitido chamá-lo de metáfora, pois o termo em questão não tem mais o papel de conectar o conhecido ao desconhecido. É um engano abordá-los como analogias que mais aniquilariam diferenças ou reduziriam diferenças à similitude.

De fato, afirmar que algum enunciado nativo é uma metáfora não diz muito acerca do que eles estão dizendo, principalmente quando se reduz uma complexidade constitutiva do regime social nativo a uma reificação. Da mesma forma, o uso de analogias sob a forma de metáfora traz o risco de reduzir diferença à similitude e, pior, desprezar essas diferenças. Por isso, me debruço sobre as expressões e termos nativos, que chegam a constituir um *dialeto*, no sentido de que inaugura uma linguagem que tem sua especificidade a ponto de ser uma das formas pelas quais meus interlocutores se reconhecem. De acordo com essa abordagem, os termos nativos adquirem estatuto de conceito.

A identificação de um dispositivo de linguagem próprio não me autoriza a delimitar o PCC como uma comunidade lingüística. Por mais que a linguagem seja uma das formas pelas quais meus interlocutores se reconhecem, ela é atualizada de maneiras muito diversas. O modo de falar de um *irmão* da Baixada Santista não é o mesmo de um *irmão* da Capital que, por sua vez, se diferencia do modo de falar de um *irmão* do interior paulista. O que os singulariza, então<sup>21</sup>? Eu diria que não é uma pertença, mas uma relação. São aqueles que se relacionam com o PCC? Não necessariamente, pois entre as relações possíveis estão as de enfrentamento, o que nos levaria a incluir os policiais entre os relacionados<sup>22</sup>. Nesse sentido, é necessário avaliar a qualidade desta relação para abordar aquelas que são, também, participação. É por isso que chamo meus interlocutores de participantes do PCC, pois são pessoas que participam da produção do *Comando*.

---

<sup>21</sup> O problema da unidade pano (família etnolinguística do oeste amazônico), tal como apresentado por Erikson (1993), ressoa fortemente nas questões que apresento, e o nome que o autor dá a esta forma de constituição – nebulosa – inspirou o título deste paper.

<sup>22</sup> De forma alguma desprezo os constrangimentos externos na configuração que o PCC tem hoje. A formulação do promotor Roberto Porto, do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), encarregado no Ministério Público Estadual de acompanhar e processar os integrantes da facção, aponta para essa questão: "A facção teve que descentralizar poder porque quase todas as lideranças estão presas, com dificuldades de se comunicar. Era a única maneira de sobreviver à contraofensiva do Estado. O combate ao PCC hoje é eficiente com nunca foi". (fonte: <http://blogs.estadao.com.br/crimes-no-brasil/>). Sem dúvidas vemos, no PCC, efeitos dessas forças que, no entanto, não são determinantes na constituição do PCC. Em suma, não são as forças que combatem o PCC que os singulariza, embora o PCC seja também resultado dessas práticas discursivas (para uma discussão acerca do terrorismo como efeito de práticas discursivas, ver Tripathy, 2010).

E é aqui que a importância da prisão aparece. Essa produção tem como engrenagem fundamental a experiência prisional. Não a prisão, instituição. Mas a experiência, seja própria, seja alheia, mas sempre presente nos discursos de meus interlocutores. Sem dúvida, entre as pessoas que participam da produção do PCC estão as *cunhadas*, esposas dos *irmãos*, como vem mostrando pesquisa desenvolvida por Jacqueline Lima (UFSCar).

Meu projeto inicial para o doutorado propunha verificar o funcionamento do PCC do lado de fora das prisões, com vistas a uma análise comparativa que confrontaria o PCC-cadeia e o PCC-Mundão. Dentre os materiais que coletei, um é especialmente importante para fazer frente ao projeto que eu tinha proposto. Em todas as conversas que tive com pessoas *do Crime* ou com pessoas que estabelecem relações próximas com quem é *do Crime*, a separação entre *Cadeia* e *Mundão* não aparecia de forma evidente, estática ou cristalizada. Para tratar de relações travadas nas *ruas*, meus interlocutores aludiam a relações que passavam pelas prisões. Em todos os casos que me foram dados a conhecer, os conflitos considerados mais complexos foram levados a avaliações das *torres*. Até o estágio atual de minha pesquisa, sempre que me falaram das *torres*, meus interlocutores faziam referência a um corpo político que se encontra em territórios prisionais. Ainda é necessário investigar a existência de *torres* nas *ruas*, mas por ora tudo se passa como se a prisão, na figura das *torres*, fosse chamada para a resolução de litígios que acontecem nas *ruas*. Esse procedimento une prisões e *Mundão* em um mesmo processo político, o que me leva a considerar um equívoco postular inicialmente sua separação.

Com efeito, o universo prisional é sempre evocado quando se fala sobre o PCC. Tudo isso indica que partir de uma distinção entre cadeia e *Mundão* não seja a melhor alternativa para a pesquisa. É como se a prisão permanecesse como condição de possibilidade para os enunciados sobre o PCC, como se as coisas não aparecessem nem tão juntas e nem absolutamente separadas.

A separação que eu propunha para, depois, confrontar e elaborar uma análise comparativa não fazia sentido para meus interlocutores. É claro que estar ou não na cadeia faz muita diferença para eles, que o ambiente carcerário impõe uma série de constrangimentos (trata-se, decerto, de um ambiente-actante), mas as relações estabelecidas do lado de fora da prisão se acoplam às relações que atravessam as cadeias. Ou melhor, as relações estabelecidas nas *ruas* atravessam as prisões. Não se trata, portanto, de dois territórios distintos. O território-crime perpassa ambos.

Não posso afirmar, contudo, que os dados por mim coletados e as reflexões que eles acionam não estejam em consonância à minha atual forma de inserção. Talvez outra forma de inserção fizesse aparecer outros materiais. Talvez, se a experiência prisional não tivesse atravessado minha vida, eu tivesse acesso a dados outros. Entretanto, não me preocupa estar acessando uma realidade parcial ou distorcida, porque, afinal, a realidade não é anterior àquilo que vemos acontecer. Por trás do que me esforço para descrever, não há nenhuma realidade oculta e disponível a descoberta por um antropólogo habilitado para acessá-la. Contudo, argumento que a forma de inserção, que a posição em campo e as "considerações" que fazem de mim conduzem ao material coletado e ao trabalho produzido. Ou, em outras palavras, o trabalho produzido é resultado das condições nas quais os materiais para pesquisa são coletados.

Embora meu trabalho de campo não seja intensivo como aquele registrado por Malinowski (1997) e que vem sendo realizado por muitos antropólogos, que eu não realize imersões intensivas em campo, minha pesquisa exige uma vida em estado de campo, podendo a qualquer momento encontrar um interlocutor ainda desconhecido, receber um telefonema, carta ou uma mensagem pela internet de um interlocutor já conhecido. Seja como for, meus sentidos devem estar sempre a postos, atentos a tudo o que se passa ao meu redor, com meu caderno de campo sempre à mão. Por outro lado, não posso me dar ao luxo de delegar ao acaso todos os encontros. Essa pesquisa exige, também, que eu os provoque e trabalhe incessantemente na manutenção dessas ligações. Em outras palavras, essa pesquisa implica um esforço contínuo no sentido de manter existentes os contatos e aproveitar os novos e eventuais encontros.

### **Referências Bibliográficas**

- BARCELOS Neto, Aristóteles. 2008. *Apapaatai: Rituais de Máscaras no Alto Xingu*. São Paulo: EDUSP.
- BIONDI, Karina. 2010. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. 2009. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify
- ERIKSON, Philippe. 1993. "Une Nébuleuse compacte: Le macro-ensemble pano". In: *L'Homme*. 126-128. Pp. 45-58.

- LAGROU, Els. 2007. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- LATOUR, Bruno. 2001. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1997. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record.
- MARQUES, Adalton. 2007. "'Dar um psicológico': estratégias de produção de verdade no tribunal do crime". In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul - Desafios Antropológicos (CD-ROM). Porto Alegre, v. 1.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro – Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia, FFLCH – USP.
- TRIPATHY, Jyotirmaya. 2010. "What is a terrorist?". *International Journal of Cultural Studies*, Volume 13(3): 219–234.
- VILLELA, Jorge Mattar. 2010. "Moral da política e antropologia das relações de poder no Sertão de Pernambuco". In: *Lua Nova – Revista de cultura e política*. N. 79. Pp. 163-199.